

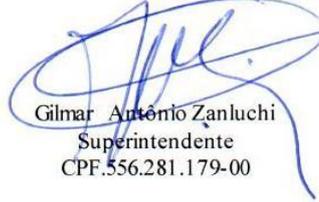
Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013

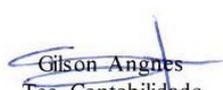
Balanco Patrimonial

		Valores em Reais	
ATIVO	NE	2014	2013
<u>Circulante</u>		<u>21.786.465,15</u>	<u>20.076.553,87</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	19.923.669,57	18.147.179,67
Dotações Orçamentárias a Receber	4	1.511.209,44	1.620.865,33
Devedores Diversos		93.084,84	84.772,35
Estoque de Material de Consumo	5	221.102,40	185.781,27
Despesas Pagas Antecipadamente		37.398,90	37.955,25
<u>Não Circulante</u>		<u>1.556.073,54</u>	<u>1.399.325,37</u>
<u>Realizável a Longo Prazo</u>		<u>820.466,81</u>	<u>820.466,81</u>
Depósitos Judiciais	6	820.466,81	820.466,81
<u>Permanente</u>		<u>735.606,73</u>	<u>578.858,56</u>
<u>Imobilizado</u>	7	<u>735.606,73</u>	<u>578.858,56</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>23.342.538,69</u>	<u>21.475.879,24</u>
<hr/>			
PASSIVO	NE	2014	2013
<u>Circulante</u>		<u>677.355,36</u>	<u>1.139.507,82</u>
Fornecedores de Bens e Serviços	8	44.817,46	63.160,96
Contratos e Termos de Adesão a Realizar	9	374.999,21	854.660,27
Tributos e Contribuições Sociais		167,60	151,78
Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas	10	257.371,09	221.312,26
Outras Contas a Pagar		0,00	222,55
<u>Não Circulante</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
<u>Exigível a Longo Prazo</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Fornecedores de Bens e Serviços		0,00	0,00
<u>Patrimônio Social</u>		<u>22.665.183,33</u>	<u>20.336.371,42</u>
<u>Resultado Acumulado</u>		<u>20.324.371,42</u>	<u>17.752.003,82</u>
<u>Reservas de Capital</u>		<u>12.000,00</u>	<u>12.000,00</u>
<u>Doações e Subvenções Recebidas</u>		<u>12.000,00</u>	<u>12.000,00</u>
<u>Resultado do Exercício</u>		<u>2.328.811,91</u>	<u>2.572.367,60</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u>23.342.538,69</u>	<u>21.475.879,24</u>

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.


 José Zeferino Pedrozo
 Presidente Conselho Adm.
 CPF. 003.151.929-68


 Gilmar Antônio Zanluchi
 Superintendente
 CPF. 556.281.179-00


 Gilson Angnes
 Tec. Contabilidade
 CPF. 692.786.959-04
 CRC/SC 19.037/0/2

Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - AR/SC

CNPJ nº 04.260.738/0001-49

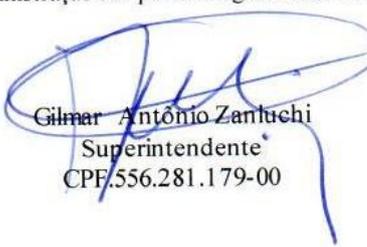
Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013

Demonstração do Resultado do Exercício

	Valores em Reais		
	NE	2014	2013
Receita Operacional Bruta		20.124.617,03	18.918.236,26
Contribuições Sociais		20.042.379,48	18.918.106,97
Receitas Eventuais		82.237,55	129,29
(-) Deduções da Receita Bruta		0,00	0,00
(=) Receita Operacional Líquida		20.124.617,03	18.918.236,26
(-) Custo dos Serviços Prestados	13	17.574.609,20	15.578.459,35
(=) Resultado Operacional Bruto		2.550.007,83	3.339.776,91
(-) Despesas Operacionais		2.232.481,06	2.012.238,70
Pessoal e Administradores		1.420.087,51	1.314.003,46
Material de Consumo		88.090,98	87.696,87
Serviços de Terceiros		452.016,16	392.065,63
Depreciações e Amortizações		246.751,16	204.999,47
Outras Despesas e Receitas Operacionais		25.535,25	13.473,27
Receitas de Convênios e Contratos		1.313.906,66	0,00
Demais Receitas		0,00	0,00
(-) Despesas de Convênios e Contratos		-1.313.906,66	0,00
(-) Demais Despesas		25.535,25	13.473,27
(+) Resultado Financeiro		2.011.285,14	1.244.829,39
Receitas Financeiras		2.045.394,30	1.274.615,99
(-) Despesas Financeiras		-34.109,16	-29.786,60
(=) Resultado Líquido do Exercício		2.328.811,91	2.572.367,60

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.


 José Zeferino Pedrozo
 Presidente Conselho Adm.
 CPF. 003.151.929-68


 Gilmar Antônio Zanluchi
 Superintendente*
 CPF.556.281.179-00


 Gilson Angnes
 Tec. Contabilidade
 CPF. 692.786.959-04
 CRC/SC 19.037-0/2

Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Valores em Reais

Mutações	Patrimônio Social	Reservas de Capital	Superávit ou Déficit	Totais
		Doações e Subvenções	do Exercício	
Saldo em 31/12/2012	15.730.579,16	12.000,00	2.021.424,66	17.764.003,82
Transferência	2.021.424,66	-	-2.021.424,66	0,00
Superávit do Exercício	-	-	2.572.367,60	2.572.367,60
Saldo em 31/12/2013	17.752.003,82	12.000,00	2.572.367,60	20.336.371,42
Transferência	2.572.367,60	-	-2.572.367,60	0,00
Superávit do Exercício	-	-	2.328.811,91	2.328.811,91
Saldo em 31/12/2014	20.324.371,42	12.000,00	2.328.811,91	22.665.183,33

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.


 José Zeferino Pedrozo
 Presidente Conselho Adm.
 CPF. 003.151.929-68


 Gilmar Antônio Zanluchi
 Superintendente
 CPF.556.281.179-00


 Gilson Agnes
 Tec. Contabilidade
 CPF. 692.786.959-04
 CRC/SC 19.037-0/2

Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - AR/SC

CNPJ nº 04.260.738/0001-49

Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

	NE	2014	2013
Valores em Reais			
1. Atividades Operacionais			
Resultado Líquido do Exercício		2.328.811,91	2.572.367,60
<u>Despesas (Receitas) que Não Afetam o Caixa:</u>		<u>253.742,75</u>	<u>205.377,73</u>
Depreciação e Amortização	7	246.751,16	204.999,47
Baixas do Imobilizado em Serviço		6.991,59	378,26
(-) Variações no Ativo		-66.578,62	79.094,09
Dotações Orçamentárias a Receber		-109.655,89	110.625,82
Devedores Diversos		8.312,49	-21.384,62
Estoque de Material de Consumo		35.321,13	-13.557,25
Despesas Pagas Antecipadamente		-556,35	3.410,14
Outros Realizáveis		0,00	0,00
(+) Variações no Passivo		-462.152,46	924.108,75
Fornecedores de Bens e Serviços		-18.343,50	22.061,18
Tributos e Contribuições Sociais		15,82	89,52
Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas		36.058,83	48.260,23
Contratos e Termos de Adesão a Realizar		-479.661,06	854.660,27
Outras Contas a Pagar		-222,55	-365,45
Outras Exigibilidades		0,00	-597,00
Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais		2.186.980,82	3.622.759,99
2. Atividades de Investimento			
Aplicações no Ativo Imobilizado	7	410.490,92	305.957,59
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investim.		410.490,92	305.957,59
Total dos Efeitos no Caixa (1 - 2)		1.776.489,90	3.316.802,40
Aumento Líquido nas Disponibilidades		1.776.489,90	3.316.802,40
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		18.147.179,67	14.830.377,27
(+) Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período		19.923.669,57	18.147.179,67

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

José Zeferno Pedrozo
Presidente Conselho Adm.
CPF. 003.151.929-68

Gilmar Antônio Zanluchi
Superintendente
CPF. 556.281.179-00

Gilson Angnes
Tec. Contabilidade
CPF. 692.786.959-04
CRC/SC 19.037-0/2

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2014

1. Contexto Operacional

1.1. Estrutura Jurídica e Objetivos

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional de Santa Catarina, também reconhecido sob a sigla SENAR-AR/SC, é uma entidade Jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criado pela Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991 e regulamentado pelo Decreto nº 566, de 10 de junho de 1992. Sua criação está prevista no art. 62 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT:

“Art. 62 – A lei criará o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) nos moldes da legislação relativa ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC), sem prejuízo das atribuições dos órgãos públicos que atuam na área”.

Tem como missão institucional realizar a educação profissional e promoção social das pessoas do meio rural, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e para o desenvolvimento sustentável do país.

1.2. Fontes de Recursos

Para possibilitar o cumprimento de sua missão, a entidade paraestatal é beneficiária dos recursos previstos no artigo 240 da Constituição Federal e nas Leis nº 8.540/1992, 8.870/1994 com alterações até a Lei 10.256/2001, assim classificadas:

a) Contribuição sobre a receita decorrente da comercialização da Produção Rural

▪ Contribuição do Produtor Rural Pessoa Física:

0,2% (dois décimos por cento) incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural, devida pelo Segurado Especial e Produtor Rural Pessoa Física, que explora atividade agropecuária ou pesqueira;

▪ Contribuição do Produtor Rural Pessoa Jurídica:

0,25% (vinte e cinco décimos por cento) incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural, devida pelo Produtor Rural Pessoa Jurídica.

- Contribuição da Agroindústria:

0,25% (vinte e cinco décimos por cento) incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural, industrializada ou não, devida pela agroindústria.

b) Contribuição sobre a folha de salários

Contribuição mensal compulsória, na alíquota de 2,5% (dois e meio por cento) incidente sobre a folha de salários dos trabalhadores envolvidos nos trabalhos rurais das pessoas jurídicas de direito privado ou a elas equiparadas que exerçam as seguintes atividades:

- Agroindústrias da avicultura, suinocultura, piscicultura, carcinicultura;
- Agroindústrias que se dediquem ao florestamento e reflorestamento como fonte de matéria prima para industrialização própria, mediante a utilização de processo industrial que modifique a natureza química da madeira ou a transforme em pasta celulósica, desde que a receita bruta decorrente dessa comercialização represente menos de um por cento de sua receita bruta proveniente da comercialização da produção;
- Produtores rurais pessoas jurídicas, exceto agroindústrias, que exerçam outra atividade econômica autônoma;
- Produtores rurais pessoas jurídicas e agroindústria, exclusivamente em relação aos empregados envolvidos na prestação de serviços rurais ou agroindustriais, caracterizados ou não como atividade autônoma;
- Sindicatos, Federações e Confederação Patronal Rural,
- Pessoa Jurídica Prestadora de Mão de Obra Rural.

As operações da Administração Regional são substancialmente mantidas por meio do recebimento do repasse dos recursos advindos da contribuição compulsória.

1.3. Aplicações de Recursos

Os recursos do SENAR-AR/SC seguem a proporção de 80% (oitenta por cento) nas atividades de Formação Profissional e Promoção Social e 20% (vinte por cento) nas despesas de custeio e investimento.

2. Principais Práticas Contábeis

- a) **Apresentação** – as demonstrações contábeis são elaboradas conforme a Lei nº 6.404/1976, contemplando os efeitos das alterações trazidas pela Lei nº 11.638/2007 e Lei nº 11.941/2009 e convertidas para os modelos determinados na Lei nº 4.320/1964, visando atender a norma do SENAR.

A entidade segue também as Normas Brasileiras de Contabilidade emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Na preparação das Demonstrações Contábeis são observados, especificadamente, os Princípios da Competência, Oportunidade, Prudência e do Valor.

- b) **Apuração do Déficit ou Superávit** – é adotado o regime de competência, destacando-se, adicionalmente:

I – Receitas de Contribuição Social – são reconhecidas mensalmente pelo valor efetivamente recebido através de repasse do SENAR--Administração Central.

O registro contábil das receitas de contribuições compulsórias é efetuado pelo líquido, ou seja, é deduzido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB o percentual de 3,5% do montante arrecadado, que corresponde à retribuição pelos serviços prestados de recolhimento das contribuições, com fulcro no artigo 3º, § 1º da Lei nº. 11.457, de 16 de março de 2007.

II – Gastos com Cursos e Eventos – são reconhecidos no período da realização dos cursos e eventos de Formação Profissional Rural – FPR e de Promoção Social – PS, mobilizados e organizados através de entidades parceiras.

III – Termo de Cooperação Técnico – Financeira – a liberação de recurso destinado à realização de eventos de FPR e PS é procedida na modalidade de reembolso, mediante apresentação de prestação de contas pelas entidades parceiras, não havendo hipótese de antecipação de recurso.

- c) **Balço Patrimonial** – os principais valores ativos e passivos estão demonstrados como segue:

I. Aplicações Financeiras – ao valor de custo acrescido dos rendimentos contratados, com risco insignificante de mudança de valor de mercado e registrados até a data do encerramento do exercício.

II. Não Circulante – Ativo Imobilizado – apresentado ao valor de custo histórico corrigido, deduzido das respectivas depreciações/amortizações acumuladas calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

III. Demais Ativos – registrados ao seu valor de realização.

IV. Passivo Circulante – registra as obrigações incorridas e contratadas, vencíveis no prazo de até 12 meses.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição dos Saldos				2014	2013
Caixa e Bancos				3.241,21	13.857,17
Aplicações Financeiras				2013	2013
Instituição Financeira	Tipo de Aplicação	Vencimento	Remuneração		
Recursos Próprios				19.569.072,29	17.280.681,96
Banco do Brasil S/A	CDB POS DI	13/05/2015	98,0% CDI	8.901.542,22	7.559.487,27
Banco do Brasil S/A	CDB DI	18/11/2016	99,0% CDI	45.036,90	120.043,20
Banco do Brasil S/A	CDB DI	11/10/2018	98,5% CDI	8.220.494,83	7.434.021,27
Caixa Econômica Federa	CDB DI	21/11/2016	97,0% CDI	2.401.998,34	2.167.130,22
Contratos e Termos de Adesão				351.356,07	852.640,54
Banco do Brasil S/A	CDB DI	09/11/2018	98,0% CDI	17.077,18	15.590,21
Banco do Brasil S/A	CDB DI	04/12/2018	98,0% CDI	-	22.015,08
Banco do Brasil S/A	Poupança		TR	334.278,89	245.309,58
Banco do Brasil S/A	Poupança		TR	-	569.725,67
Soma Aplicações Financeiras				19.920.428,36	18.133.322,50
Total Caixa e Equivalentes de Caixa				19.923.669,57	18.147.179,67

As aplicações financeiras estão representadas pelo saldo em fundos de aplicação financeira, remunerados com base na variação do Certificado de Depósito Bancário junto à Instituição Financeira Oficial (Banco do Brasil e CEF), com prazos de resgate variáveis.

4. Dotações Orçamentárias a Receber

O saldo das Dotações Orçamentárias a Receber está representado pelo valor da apropriação da arrecadação do mês de dezembro a ser repassada pelo SENAR- Administração Central. Registra o valor efetivamente a ser recebido, conhecido a partir de informação disponível oportunamente.

5. Estoque de Material de Consumo

Composto de materiais de expediente, informática, EPI, instrucionais e outros materiais de consumo depositados no almoxarifado, registrado pelo custo médio e devidamente inventariado em 31 de dezembro de 2014.

6. Depósitos Judiciais

Representados pelo valor exigido em decorrência de notificação fiscal aplicada em procedimento de fiscalização realizado pela Secretaria da Receita Previdenciária (SRP), por suposta omissão no recolhimento de contribuições previdenciárias, conforme descrito na nota 6.

7. Imobilizado

O imobilizado está registrado ao custo, líquido das depreciações, representando o conjunto de bens utilizados na manutenção administrativa e operacional da entidade.

As depreciações foram calculadas pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração o tempo médio de vida útil estimado dos bens.

O efeito das despesas com depreciações sobre o resultado do exercício foi de R\$ 246.751,16.

a) Movimentação das contas do imobilizado

Descrição	Saldo em 31/12/2013	Movimentação no Exercício		Saldo em 31/12/2014
		Adições	(-) Baixas	
Bens Móveis				
1) Custo de Aquisição				
Equip. Maquinas e Aparelhos em Geral	79.707,17	18.790,55	0,00	98.497,72
Veículos	343.574,00	290.400,00	-238.574,00	395.400,00
Mobiliário em Geral e Material de Copa	238.120,10	41.539,44	-18.214,53	261.445,01
Equipamentos de Comunicação	18.775,20	11.148,00	-779,00	29.144,20
Maquinas Aparelhos e Utencílios de escritório	457.124,33	25.762,93	-44.254,30	438.632,96
Outros Equipamentos e Materiais permanentes	18.323,92	22.850,00	-2.327,00	38.846,92
Computadores e Periféricos (projeto reaparelhamento)	432.381,00	0,00	-212,00	432.169,00
Soma	1.588.005,72	410.490,92	-304.360,83	1.694.135,81
2) (-) Depreciações	-1.046.214,21	-240.391,64	297.369,24	-989.236,61
3) Residual (1-2)	541.791,51	170.099,28	-6.991,59	704.899,20
Bens Imóveis				
1) Custo de Aquisição				
Terrenos	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00
Prédios	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00
Soma	87.000,00	0,00	0,00	87.000,00
2) (-) Depreciações	-50.934,91	-5.900,04	0,00	-56.834,95
3) Residual (1-2)	36.065,09	-5.900,04	0,00	30.165,05
Outros Imobilizados				
1) Custo de Aquisição				
Direito de Uso de Software	12.540,94	0,00	0,00	12.540,94
2) (-) Depreciações	-11.538,98	-459,48	0,00	-11.998,46
3) Residual (1-2)	1.001,96	-459,48	0,00	542,48
Total Custo de Aquisição	1.687.546,66	410.490,92	-304.360,83	1.793.676,75
Total Depreciações	-1.108.688,10	-246.751,16	297.369,24	-1.058.070,02
Total Residual	578.858,56	163.739,76	-6.991,59	735.606,73

b) Composição do imobilizado

Contas	Taxa	2014		Residual	
		Custo de Aquisição	(-)Depreciações	2014	2013
Bens Móveis					
Equip. Maquinas e Aparelhos em Geral	10%	98.497,72	-64.770,75	33.726,97	22.451,18
Veículos	20%	395.400,00	-110.604,89	284.795,11	55.567,11
Mobiliário em Geral e Material de Copa	10%	261.445,01	-161.733,32	99.711,69	85.870,13
Equipamentos de Comunicação	10%	29.144,20	-14.830,49	14.313,71	5.423,17
Maquinas Aparelhos e Utencílios de escritório	20%	438.632,96	-244.281,45	194.351,51	228.184,32
Outros Equipamentos e Materiais permanentes	10%	38.846,92	-6.695,60	32.151,32	11.945,92
Computadores e Periféricos (projeto)	33%	0,00	0,00	0,00	0,00
Computadores e Periféricos (projeto reapar.)	20%	432.169,00	-386.320,11	45.848,89	132.349,68
Soma		1.694.135,81	-989.236,61	704.899,20	541.791,51
Bens Imóveis					
Terrenos	0%	7.000,00	0,00	7.000,00	7.000,00
Prédios (A)	7%	80.000,00	-56.834,95	23.165,05	29.065,09
Soma		87.000,00	-56.834,95	30.165,05	36.065,09
Outros Imobilizados					
Direito de Uso de Software	20%	12.540,94	-11.998,46	542,48	1.001,96
Total		1.793.676,75	-1.058.070,02	735.606,73	578.858,56

(A) - Taxa média de depreciação sobre bens sujeitos a 4% e 10%.

8. Fornecedores de Bens e Serviços

Classificação	2014	2013
Fornecedores de Materiais e Serviços para Eventos	16.476,80	30.352,31
Fornecedores de Materiais e Serviços para Demais Atividades	28.340,66	32.808,65
Soma	44.817,46	63.160,96

9. Contratos e Termos de Adesão a Realizar

Programa	2014	2013
PRONATEC	374.999,21	261.078,20
Leite Legal - Recursos SEBRAE	0,00	593.582,25
Soma	374.999,21	854.660,45

10. Folha de Pagamentos e Provisões Trabalhistas

Registra o saldo de obrigações com o pagamento de férias de empregados e dos respectivos encargos sociais.

11. Seguros

Os seguros são considerados suficientes para cobertura dos riscos envolvidos, abrangendo especialmente edificações, frota de veículos e instalações, conforme descrito a seguir:

Objeto dos Seguros	Custo em Reais	Vigência
<u>Edificações</u>		
- Centro de Distribuição - Palhoça - SC	493,71	set/15
- Sede Nova Veneza - SC	193,49	ago/15
Veículos - Frota	12.457,59	set/15
Instalações - Sede SENAR-AR/SC	651,80	set/15
Equipamentos Portáteis - Notebooks	1.410,76	nov/15
Soma	15.207,35	
Seguro de Vida - Funcionários	1.827,48	jul/15
Total	17.034,83	

12. Contingências:

a) Contingências Fiscais – INSS:

Em julho de 2005 o SENAR-AR/SC foi notificado pela fiscalização da Secretaria da Receita Previdenciária (SRP), por suposta omissão no recolhimento de contribuições previdenciárias. Na oportunidade, houve a emissão de diversas notificações, cujas quais já foram definitivamente canceladas pelo Conselho de Contribuintes em 2009, exceto a NFLD 357687795.

A notificação fiscal pendente (NFLD 357687795) refere-se à alegada não retenção de 11% na contratação dos sindicatos/associações, no período de 04/1999 a 01/2005, cujo valor notificado foi de R\$ 2.649.972,34. A SRP-INSS não aceita a atuação por cooperação, razão pela qual está exigindo a retenção de 11% sobre o valor total reembolsado aos sindicatos/associações.

Por discordar da exigência, o SENAR/SC ofereceu defesa na via administrativa, julgada improcedente em primeira instância. Houve recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes. Em sessão realizada no dia 13 de agosto de 2014, os membros da Segunda Turma Ordinária da Terceira Câmara da Segunda Seção do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, por unanimidade de votos, deram provimento ao recurso voluntário, pela improcedência do lançamento. A Fazenda Nacional ingressou com recurso especial, que aguarda análise.

Na opinião dos advogados da entidade, é provável a chance de êxito.

No entendimento da administração, orientados pelos seus advogados, não cabe o reconhecimento dos referidos valores no resultado do exercício.

Caso a entidade não logre êxito na sua defesa, sendo confirmado o débito, os efeitos correspondentes serão reconhecidos oportunamente.

No encerramento do 2º quadrimestre de 2014 permaneceram recursos em conta de depósito judicial no montante de R\$ 820.466,81, considerando a ausência de alteração na posição do processo.

b) Ação Trabalhista – Responsabilidade Subsidiária

O SENAR-AR/SC foi considerado subsidiariamente responsável por débitos trabalhistas de prestador de serviço em acórdão dos juízes da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, relatado em 14 de julho de 2009 no qual foi condenado em ação trabalhista arbitrada no valor R\$ 15.000,00. O processo encontra-se em fase de execução com pedido de embargos de execução em análise.

O valor da ação foi objeto de depósito judicial. Em virtude de recurso impetrado pelo SENAR-AR/SC, o valor foi resgatado em dezembro de 2010, devidamente atualizado. A ação permanece em tramitação e, em caso de condenação, a referida quantia será exigida no final do processo.

13. Composição dos Custos dos Serviços Prestados

A seguir apresentamos a abertura dos custos operacionais por rubrica e relevância.

Custos	2014	2013
Termo de Cooperação e PE	13.264.303,01	11.687.578,25
Pessoal	2.285.566,56	2.050.634,63
Encargos Sociais	417.154,20	384.710,49
Material de Consumo	378.333,41	290.352,83
Serviços de Terceiros/encargos	1.184.265,49	1.109.911,91
Outros Insumos	44.986,53	55.271,24
Soma	17.574.609,20	15.578.459,35

14. Aspectos Fiscais e Tributários

A Administração do SENAR-AR/SC com base em posicionamentos jurídicos entende que a entidade não está subordinada à tributação de impostos e contribuições, exceto aquelas de natureza previdenciária e a contribuição ao Programa de Integração Social – PIS sobre os gastos com folha de pagamento. Por este motivo, não reconhece como devido ou contingente qualquer valor relacionado com outros encargos de natureza tributária.

15. Balanço Orçamentário

a) Análise do Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário indicou a realização da receita (receita efetivamente recebida) de 93,85% e realização da despesa de 85,17% da prevista.

O item despesas extra orçamentárias no valor de R\$ 156.748,12, refere-se às seguintes operações:

Depreciações/Baixas de bens	R\$ 253.742,80
(-) Aquisições de imobilizado	R\$ 410.490,92

b) Quadro resumo do Balanço Orçamentário

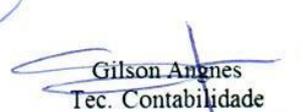
NATUREZA DA RECEITA	ORÇADO	REALIZADO	% REAL/PREV	% A REALIZAR
CONTRIBUIÇÕES LEI Nº 8.315 - SENAR	20.751.248,00	20.042.379,48	96,58%	3,42%
RECEITA PATRIMONIAL	2.059.351,00	2.045.394,30	99,32%	0,68%
CONTRATOS E TERMOS DE ADESÃO (Leite Legal)	857.645,00	429.664,98	50,10%	49,90%
CONVÊNIOS (Pronatec)	1.272.149,00	884.241,68	69,51%	30,49%
RESTITUIÇÕES	11,00	0,05	0,45%	99,55%
RECEITAS DE CAPITAL	82.238,00	82.237,50	100,00%	0,00%
TOTAL DA RECEITA	25.022.642,00	23.483.917,99	93,85%	6,15%

NATUREZA DA DESPESA	ORÇADO	REALIZADO	% REAL/PREV	% A REALIZAR
ATIVIDADE MEIO				
8701 - MANUTENÇÃO DE SERV. ADMINISTRATIVOS	529.673,00	521.906,04	98,53%	1,47%
8777 - PAGTO PESSOAL, ENC. SOCIAIS E TRAB.- ADM	1.320.971,00	1.233.196,32	93,36%	6,64%
8711 - GESTÃO ADMINISTRATIVA	91.847,00	89.841,21	97,82%	2,18%
8703 - ASSIST. MÉDICA ODONTOL. SERV., EMPREGADOS E SEUS DEP.	40.261,00	37.612,67	93,42%	6,58%
8705 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO A SERVIDORES E EMPREGADOS	71.611,00	68.396,64	95,51%	4,49%
8706 - AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREG.	954,00	815,12	85,44%	14,56%
8707 - ASSISTÊNCIA SOCIAL A SERVIDORES	7.444,00	6.289,82	84,50%	15,50%
ATIVIDADE FIM				
8718 - CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	267.352,00	263.435,02	98,53%	1,47%
8719 - DIVULGAÇÃO DE AÇÕES INSTITUCIONAIS	111.499,00	102.099,12	91,57%	8,43%
8788 - PROMOÇÃO SOCIAL RURAL	2.851.261,00	2.676.917,79	93,89%	6,11%
8729 - QUALIF. PROF. NA ÁREA DE AGROPEC. E AGROIND.	17.009.904,00	15.900.853,53	93,48%	6,52%
1 - SUB-TOTAL DESPESAS OPERACIONAIS CORRENTES	22.302.777,00	20.901.363,28	93,72%	6,28%
8701 - Despesas de Capital	67.432,00	66.789,38	99,05%	0,95%
8729 - Despesas de Capital	2.652.433,00	343.701,54	12,96%	87,04%
2 - SUB-TOTAL DESPESAS DE CAPITAL	2.719.865,00	410.490,92	15,09%	84,91%
TOTAL DAS DESPESAS + INVESTIMENTOS	25.022.642,00	21.311.854,20	85,17%	14,83%
3 - DESP. EXTRA ORÇAMENTÁRIAS		-156.748,12		
TOTAL DA DESPESA	25.022.642,00	21.155.106,08		
4 - SUPERÁVIT/DÉFICIT		2.328.811,91		
TOTAIS	25.022.642,00	23.483.917,99		

Florianópolis, 31 de dezembro de 2014.


 José Zeferino Pedrozo
 Presidente Conselho Adm.
 CPF. 003.151.929-68


 Gilmar Antônio Zanluchi
 Superintendente
 CPF. 556.281.179-00


 Gilson Agnes
 Tec. Contabilidade
 CPF. 692.786.959-04
 CRC/SC 19.037-0/2

1.1. RELATÓRIO DA AUDITORIA INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

AUDICONSULT AUDICONSULT Auditores S/S

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Membros do Conselho Administrativo e Fiscal do SENAR/AR/SC - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional de Santa Catarina.

Florianópolis - SC

Examinamos as demonstrações contábeis do **SENAR/AR/SC - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional de Santa Catarina**, que compreendem o balanço patrimonial e orçamentário em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração do **SENAR/AR/SC**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ele determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

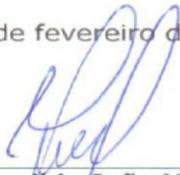
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do **SENAR/AR/SC**, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do **SENAR/AR/SC**. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

Opinião

Em nossa opinião, os demonstrativos contábeis acima referidos representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição orçamentária, financeira e patrimonial do **SENAR/AR/SC - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional de Santa Catarina**, em 31 de dezembro de 2014, de acordo com a legislação e normas específicas para a sua categoria de entidade, observadas as orientações da Administração Central do SENAR.

São José (SC), 06 de fevereiro de 2015.



Hermenegildo João Vanoni
Sócio Responsável - Contador -CRC-SC 14.874/O-7

AUDICONSULT Auditores S/S
CRC-SC 4.012